



**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO  
NORTE DO BRASIL**

**SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITIES OF NORTHERN  
BRAZIL**

Mário Sérgio Pedroza Lobão

Keila Raquel Wenningkamp

Zelimar Soares Bidarra

Moacir Piffer

**RESUMO:** Este artigo visou caracterizar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil a partir do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM), entre os anos de 2007 e 2013. Como procedimento metodológico utilizou-se a classificação do IFDM, pois este se apresenta mais relevante para captar aspectos determinados do desenvolvimento socioeconômico, além da produção de mapas temáticos, estatísticas descritivas e taxa de crescimento do período analisado. Como resultados principais, verificou-se que, dentre as três dimensões que compõem o IFDM, a educação foi a que apresentou os melhores resultados, seguida pela saúde e, por último, o emprego e renda. Portanto, mostrou que os ganhos de desenvolvimento no contexto regional estão se dando mais por aspectos sociais do que por econômicos. Ficou evidente uma tendência de desenvolvimento socioeconômico no sentido Sul/Leste para Norte/Oeste da Região Norte do Brasil, com predominância dos Estados de Rondônia e Tocantins. Nesse contexto, enfatiza-se que esses ganhos sociais decorrem, pelo menos em parte, da aplicação das mais variadas políticas públicas para a promoção do desenvolvimento do norte brasileiro nos últimos 10 anos.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento Socioeconômico. IFDM. Região Norte.

**ABSTRACT:** This paper aimed to characterize the socioeconomic development of the municipalities in the northern region of Brazil from the municipal development FIRJAN index (MDFI), between 2007 and 2013. As a methodological procedure used the classification of MDFI, because this is present more relevance to capture certain aspects of socioeconomic development, and production of thematic maps, descriptive statistics and growth rate of the period. As main results, it was found that among the three dimensions that make up the MDFI, education was the one with the best results, followed by health and, ultimately, employment and income. So, it showed that development gains in the regional context are doing more by social than by economic aspects. Showed evident a trend socioeconomic development from the South/East to North/West of the Northern Region of Brazil, especially



in the states of Rondônia and Tocantins. In this context, emphasized that these social gains derived, at least in part, the application of various public policies to promote the development of northern Brazilian in the last 10 years.

**Keywords:** Socioeconomic development. MDFI. North Region.

## 1. INTRODUÇÃO

A temática principal deste estudo envolve o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil e, sendo assim, o esclarecimento do que se entende por desenvolvimento torna-se relevante. Na concepção de Furtado (1980), desenvolvimento pode ser compreendido não unicamente como o progresso de um sistema social de produção, mas também como o atendimento à satisfação das necessidades dos indivíduos. Assim, desenvolvimento “compreende a ideia de crescimento, superando-a” (FURTADO, 1983 p. 78), de forma que se refere a qualquer sistema econômico em que a demanda é composta pelas preferências da coletividade com base em um sistema de valores. Logo, o conceito de desenvolvimento se traduz em uma multiplicidade de aspectos sociais e institucionais que fogem da análise apenas sob a ótica econômica.

Nesse sentido, Sen (2000, p. 17) define desenvolvimento como um “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, ou seja, envolve muito mais do que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da renda individual, da industrialização, da modernização ou do avanço tecnológico. Compreende a expansão das liberdades gozadas pelos participantes de uma sociedade, o que abrange aspectos como: o acesso aos serviços de educação, saúde e a liberdade de participar das discussões e decisões públicas.

Oliveira (2002) ressalta então que desenvolvimento resulta do crescimento econômico, mas seguido da melhoria da qualidade de vida da população, significando não apenas o bem-estar econômico, mas também o social. Dessa maneira, trata-se de um processo que exige mudanças e transformações econômicas, políticas, institucionais, humanas e sociais a fim de atender necessidades da coletividade.



Considerando isso, as políticas públicas assumem papel fundamental para o desenvolvimento de municípios, regiões, estados ou nações (FONSECA, 2006), haja vista que as mesmas se referem, segundo Pereira (2008), a ações pensadas, planejadas e dirigidas para contemplar necessidades coletivas, em que o Estado e a sociedade realizam um papel determinante no atendimento às demandas e necessidades sociais da população, em geral. Logo, políticas públicas tornam-se relevantes para o desenvolvimento ao serem direcionadas para a redução de desequilíbrios, desigualdades e de heterogeneidades econômico-sociais de um determinado local.

Cientes da existência de disparidades locais/regionais, bem como da relação entre desenvolvimento socioeconômico e políticas públicas, este estudo tem por objetivo caracterizar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil a partir do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM), entre os anos de 2007 e 2013. Ou seja, tem-se o interesse pela verificação da evolução de indicadores socioeconômicos dos municípios dessa região, da existência de desigualdades entre eles e de identificar as políticas públicas que tenham contribuído para o desenvolvimento dos mesmos.

Justifica-se o fato do objeto de estudo deste trabalho ser os municípios da Região Norte, pois se encontraram poucos trabalhos destinados a caracterização socioeconômica desse local. Ademais, dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM de 2013 (últimos dados disponíveis) apontam que a Região Norte possui o município com o pior nível de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, além de comportar 10 dos 20 piores resultados encontrados nacionalmente (FIRJAN, 2016a). Logo, é uma região que requer que se proceda estudos e reflexões acerca dos caminhos e processos pelos quais têm ocorrido suas tentativas de empreender o desenvolvimento.

Cabe ressaltar que o Índice Firjan foi criado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, a partir da avaliação de três diferentes fatores: condições de Educação, de Saúde e de Emprego e Renda de todos os municípios brasileiros. Esse índice é obtido com base nas estatísticas oficiais dos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde.



Interessante comentar ainda que o IFDM já foi utilizado por diversos outros estudos com o intuito de analisar o desenvolvimento socioeconômico de municípios e regiões, a exemplo de: Massardi e Abrantes (2015), Leite Filho e Fialho (2015), Ilha et al. (2014), Silva et al. (2013), Souza et al. (2013) e Avelino et al. (2013). Portanto, pela sua importância, abrangência e utilização é que se justifica o seu emprego neste artigo.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção são apresentados aspectos teóricos sobre desenvolvimento e políticas públicas; na terceira são expostos os procedimentos metodológicos; na quarta são apresentados os resultados da pesquisa; e na quinta são tecidas as considerações finais.

## **2. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Existem basicamente dois pontos de vista sobre desenvolvimento, segundo Furtado (1980). O primeiro o iguala com o termo crescimento, referindo-se à evolução do sistema social de produção, de forma que o crescimento ocorre pela acumulação e com o progresso de técnicas, elevando a produtividade. Já o segundo o relaciona com o grau de satisfação das necessidades e bem-estar da população.

Considerando essas duas dimensões, Furtado (1983) defende que o aumento da eficiência dos sistemas de produção e, conseqüentemente, da produtividade, mesmo sendo considerado muitas vezes o principal indicador do desenvolvimento, não é condição suficiente para atender as necessidades básicas dos seres humanos. Há situações, inclusive, que ocorre a degradação das condições de vida de uma população como resultado da adoção de técnicas mais avançadas de produção. Ainda, em outros casos, há elevação dos níveis de qualidade de vida sem ocorrer a inserção ou a modificação dos processos produtivos.

Pode-se entender então que a elevação dos níveis de produção, de renda e de emprego de uma determinada localidade pode superar o crescimento de sua população, sem, no entanto, significar o seu desenvolvimento econômico e social. Depende muito de como esses fatores são utilizados e distribuídos entre população.



Dessa maneira, desenvolvimento “se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa”, ou seja, passa pelo entendimento e pela mudança na estrutura da realidade social, não sendo possível abordar desenvolvimento econômico sem considerar aspectos sociais (FURTADO, 1983 p.78).

Complementando a compreensão expressa por tal conceito, recorre-se ao estudo de Sen (2000) que define o desenvolvimento como a promoção de liberdades reais para os indivíduos, entre elas: o acesso aos serviços de educação, saúde e a liberdade de participar das discussões e decisões públicas. Nesse sentido, ainda, segundo esse autor:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes (SEN, 2000, p.17).

Dentre esses “determinantes”, Sen (2000) defende a necessidade de remover as principais fontes de privação das liberdades, por exemplo: a pobreza e a tirania, a falta de oportunidades econômicas, a destruição social, a falta de serviços públicos, a intolerância e o poder excessivo do Estado. Compreende-se, dessa maneira, que as liberdades citadas por esse autor se resumem em acesso e em oportunidades, uma vez que a partir disso tem-se a possibilidade de maior igualdade entre indivíduos ou locais.

Assim, na visão de Oliveira (2002 p. 40), o desenvolvimento refere-se a “um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. Logo, indica crescimento econômico, de rendas individuais, entre outros, mas tudo isso para atender às diversas necessidades da população, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer.

Levando em consideração os conceitos expostos sobre desenvolvimento, entende-se que atenção especial é dada à dimensão social, à busca e ampliação do bem-estar da coletividade. Para tanto, não exclui a importância do crescimento econômico, porém, apresenta sua insuficiência para elevar a qualidade de vida da população em geral ou para atenuar as disparidades de um determinado local.



Interessante ressaltar que, independentemente de qual conceito se adota, Fonseca (2006) defende que o desenvolvimento não ocorre espontaneamente, isto é, precisa ser motivado, o que pode ocorrer por meio de ações e da intervenção do Estado, de projetos e fomentos privados e mesmo a partir da ação da sociedade. Todavia, não se pode negar que o governo possui papel imprescindível na minimização de desigualdades e/ou na indução do desenvolvimento de locais a partir de, por exemplo, políticas públicas.

Nesse sentido, as análises de Myrdal (1968) já abordavam que cabe ao Estado a função de promotor de desenvolvimento, neutralizando ou minimizando os efeitos regressivos sem prejudicar a economia como um todo. Logo, intervenções do Estado, por meio de políticas públicas, são importantes para diminuir as disparidades existentes e promover um desenvolvimento socioeconômico igualitário para os indivíduos, municípios, regiões ou estados.

Em relação ao conceito de políticas públicas, Souza (2006), Pereira (2008) e Fonseca (2013) afirmam não há uma unanimidade, mas, para Pereira (2008), entre as interpretações existentes duas se destacam. A primeira delas considera o Estado como produtor único e exclusivo de políticas públicas, tanto que o termo público passa a ser visto como sinônimo de estatal; e a segunda abrange a relação entre Estado e sociedade, de maneira que política pública é realizada a partir de uma relação dialética entre Estado e sociedade, podendo esta assumir papel ativo e decisivo nos processos de implantação e avaliação.

Para Souza (2006, p. 26), mesmo que seja minimalista, a visão de políticas públicas como solução de problemas pelos governos, é a que guia o olhar de boa parte da sociedade. Assim, política pública pode ser resumida como “colocar o governo em ação”, em que o mesmo formula ações a fim de produzir resultados e mudanças na realidade de uma sociedade.

A partir desse conceito, essa mesma autora ressalta o fato de não defender que o Estado e os governos criam, decidem e implantam políticas públicas que refletem apenas as pressões de grupos de interesse. Além disso, não significa que o Estado sempre tenda para efetivar políticas que são definidas unicamente por quem está no poder. Pelo contrário, os governos sofrem influência internas e externas, todavia reconhece-se a existência de uma



autonomia relativa do Estado, que de uma forma ou de outra faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação. Sob tais condições, opera-se a capacidade de o Estado implementar políticas públicas.

Fonseca (2013, p. 403) comenta sobre a importância de se ter uma análise e compreensão críticas sobre as definições de política pública, especialmente no que se refere à visão de política pública como “o governo em ação”, bem como o fato de serem definidas como “bem público” e para o “bem-estar social”. Para ele, é difícil que algum indivíduo discorde de projetos e programas que tenham a finalidade de minimizar ou eliminar problemas sociais. Contudo, muitas vezes, esses termos mais confundem do que expressam a realidade subjacente à interferência da política pública.

Pereira (2008, p. 95) chama a atenção para que é necessário se ater ao fato de que a política é pública, ou seja, é de todos os indivíduos, é coletiva. Nesse sentido, a política pública não indica que é do Estado, de um grupo particular e muito menos individual. Pelo contrário, significa “um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade”. Nesse sentido, a autora (*op. cit.*) compreende que políticas públicas possuem as seguintes características:

- a) *são um marco de orientação pública, que tem como responsável uma autoridade também pública, mas sob o controle da sociedade;*
- b) *são utilizadas para realizar e garantir direitos sociais conquistados pela sociedade e congregados nas leis;*
- c) *têm como base o interesse comum ou público e não o interesse do governo;*
- d) *buscam a satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica de alguns.*

Observadas tais características, entende-se que o Estado exerce um papel fundamental, via políticas públicas, para o desenvolvimento socioeconômico da população e das regiões.

Isso pode ser corroborado com as análises de Fonseca (2013), segundo as quais, avanços sociais importantes vêm ocorrendo no Brasil em função da atuação do governo e de políticas públicas, por exemplo, com os sistemas de seguridade, tais como: Sistema Único de



Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Fundef/Fundeb e Sistema Único de Segurança Pública. Ainda, outras ações têm iniciado um processo de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Ademais, têm-se ainda políticas públicas voltadas para a concessão de crédito, para a valorização, inédita, do poder de compra do salário mínimo e da cesta básica, de acesso às universidades (privadas e públicas), entre outras. Com vistas a observar algumas dessas influências dessas políticas em municípios da região Norte é que se escolheu realizar o presente estudo a partir da aplicação do Índice FIRJAN.

### 3. METODOLOGIA

Para a caracterização do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil utilizou-se o índice produzido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado em 2008 a partir de estatísticas públicas oficiais dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. Esse Índice tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento socioeconômico dos mais de cinco mil municípios brasileiros, congregando na sua totalidade três áreas de atuação, quais sejam, emprego e renda, saúde e educação (FIRJAN, 2016b).

A periodicidade de publicação do Índice é anual e tem inspiração no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), criado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD). A diferença para com relação ao IDHM está na análise mais profunda a partir de variáveis que representam uma melhor situação do município, como: a quantidade de pessoas com carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos, crianças nas creches, pré-escolas e professores com ensino superior, o número de consultas pré-natal oferecidas a gestante, dentre outras (FIRJAN, 2016b).

O IFDM, portanto, permite uma avaliação mais generalizada do desenvolvimento socioeconômico, considerando as subáreas acima mencionadas, as quais possibilitam análises por áreas temáticas. Cabe ressaltar que tanto o IFDM geral quanto os IFDMs parciais possuem variações que vão de 0 a 1, estando categorizado em quatro níveis de





desenvolvimento: baixo ( $0 < 0,4$ ), regular ( $0,4 < 0,6$ ), moderado ( $0,6 < 0,8$ ) e alto ( $0,8$  a  $1,0$ ) (FIRJAN, 2016b, s/p).

Para as análises do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil e sua evolução considerou-se o período de 2007 e 2013. Esclarece-se que o IFDM teve sua primeira versão para o ano de 2005, porém esse ano não foi levado em consideração neste estudo devido possuir um grande número de municípios com ausências de dados, situação similar no ano de 2006, o que poderia comprometer significativamente os resultados. Já a escolha do ano de 2013 deveu-se ao fato de ser o último ano disponibilizado pelo Sistema FIRJAN do IFDM, publicado em 2015.

A construção deste trabalho partiu uma pesquisa exploratória, mediante a qual se procura demonstrar como está se comportando determinado fenômeno, no caso o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte do Brasil. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória refere-se ao ato de proporcionar maior familiaridade com o problema, de maneira a explicitá-lo, explorando os aspectos mais gerais do objeto analisado.

Para as análises foram desenvolvidos mapas temáticos que retratam aspectos da realidade investigada, o que permitiu melhor compreender o delineamento do desenvolvimento e sua evolução dos municípios do Norte brasileiro, ao longo do período analisado. Os mapas foram produzidos utilizando-se como ferramenta o *software* QuantumGIZ versão 2.14.0.

Ademais, foi realizada uma estimativa da variação percentual do Índice FIRJAN, conforme equação 1, visando captar a evolução do desenvolvimento socioeconômico para o período de 2007 a 2013. Para a elaboração dos mapas temáticos e da estimativa utilizou-se a equação disposta no trabalho de Ferrera de Lima, Hersen e Klein (2015), os quais analisaram o Desenvolvimento Humano do Oeste do Paraná, a partir do IDHM, nos anos de 2000 e 2010.

$$\text{Variação percentual} = \left( \left( \frac{X_2}{X_1} \right) - 1 \right) * 100 \quad (1)$$

em que:

$X_1$ : Ano inicial

$X_2$ : Ano final



Com isso, tornou-se possível fazer caracterizações do perfil de desenvolvimento dos municípios da Região Norte do Brasil. Além disso, foram calculadas as estatísticas descritivas do IFDM geral e dos índices que lhe compõem, como: emprego e renda, saúde e educação. Portanto, foram tabuladas a média, a mediana, a variância, o desvio padrão, o valor máximo, o valor mínimo e o coeficiente de variação. A utilização das estatísticas descritivas como fonte de explicação do comportamento do desenvolvimento ao longo dos anos também foi utilizada no trabalho de Dubiel e Raiher (2013), no qual buscaram explicar o desenvolvimento econômico dos municípios do Estado do Paraná entre os anos de 2002 e 2009.

Convém explicar que a Região Norte contém 449 municípios, distribuídos em sete estados brasileiros: Acre (22 municípios), Amazonas (62 municípios), Amapá (16 municípios), Pará (143 municípios), Rondônia (52 municípios), Roraima (15 municípios) e Tocantins (139 municípios). Desse total, no ano de 2007, foram desconsiderados das análises dos mapas temáticos, 16 municípios (3,56% do total), assim como em 2013 foram descartados sete municípios (1,56% do total), os quais não apresentaram dados disponíveis, nos respectivos anos.

Quanto à discussão da evolução do desenvolvimento socioeconômico entre os anos de 2007 a 2013, por meio da variação percentual, foram desconsiderados 22 municípios da amostra, haja vista não terem apresentados dados disponíveis em um dos anos analisados. Destaca-se que o município de Japurá (AM) foi o único que não apresentou dados para os dois anos estudados. Ressalta-se, ainda, que a exclusão dessa parte da amostra (22 municípios) não traz prejuízos para a discussão, pois representa 4,90% da totalidade amostral.

#### **4. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORTE DO BRASIL: AVALIANDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO**

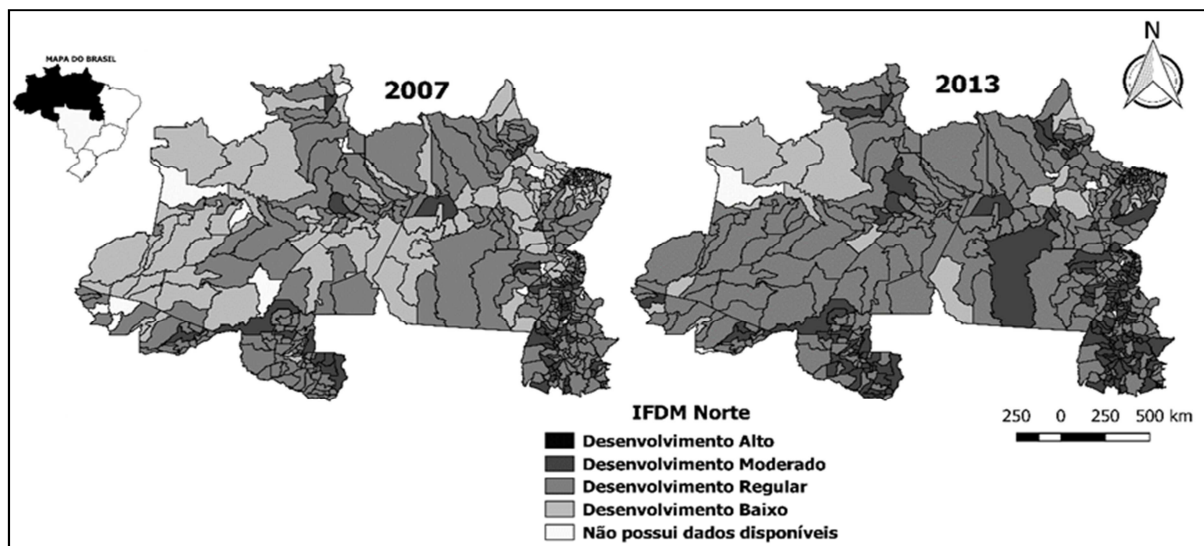
O Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) tem possibilitado a verificação de padrões espaciais de dispersão/concentração ao longo dos anos e, por isso, é o componente de análise deste trabalho. Nesse sentido, torna-se relevante para os



gestores/planejadores do desenvolvimento local, regional e, até, nacional a observação e a caracterização que indicadores como esse têm proporcionado, uma vez que permite a construção e implementação de políticas públicas de modo mais coerente com a realidade observada.

Com a Figura 1 pode-se demonstrar a distribuição do IFDM dentre os Estados da Região Norte. No ano de 2007, verifica-se que existe um padrão melhor de desenvolvimento nos municípios mais a Sul e a Leste da região, representados pelos Estados de Rondônia, Tocantins e Pará, pois, de fato, esses estados são aqueles que apresentaram os melhores rendimentos no agregado de toda a região. Percebe-se ainda um vazio a Oeste e ao Norte da região quando observada a totalidade da Figura 1, bem como uma distribuição mais desigual no centro da Região Norte.

No ano de 2013 torna-se perceptível um avanço significativo no IFDM, bem como uma dispersão do padrão de desenvolvimento na Região, com destaque para um desenvolvimento regular disseminado. Portanto, pode-se afirmar uma tendência de melhora do desenvolvimento socioeconômico municipal no sentido Sul/Leste para Oeste/Norte, claramente demonstrado quando se comparam os dois anos da análise. Ressalta-se ainda o desenvolvimento dos Estados de Rondônia e Tocantins, uma vez que ainda concentram os melhores resultados da Região, isso apresentando outra tendência, que é a concentração e intensificação localizada do desenvolvimento, haja vista agrupar a maioria dos municípios que se encontram em estágio moderado.



**Figura 1.** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para os municípios da Região Norte do Brasil 2007-2013

Fonte: elaboração própria a partir do índice FIRJAN, 2016.

Complementando os resultados da Figura 1, a Tabela 1 apresenta o quantitativo dos municípios por estado, quanto aos seus estágios de desenvolvimento socioeconômico, assim como as estatísticas descritivas da Região para os dois períodos de análise. Não obstante, é nítida a evolução dos estados quanto ao nível de desenvolvimento, isto é, existe uma diminuição de 24,71% em 2007, para apenas 4,98% em 2013, de municípios com baixo desenvolvimento socioeconômico. O estágio regular de desenvolvimento permaneceu com seu percentual quase inalterado, no entanto, o nível moderado do desenvolvimento apresentou considerável avanço, pois subiu de 12,93% para 32,8%, justificando os padrões espaciais apresentados da Figura 1. Não houve nenhuma unidade federativa com IFDM classificado no estágio de alto desenvolvimento, em ambos os anos.

Quanto às estatísticas descritivas, percebe-se que houve uma melhora da média do IFDM da Região, com uma elevação de 0,071 ou 14,85%, mas isso não representa que tenha sido um resultado totalmente favorável, quando analisado o agregado dos estados, haja vista que em 2013, por exemplo, teve-se 212 localidades abaixo da média da região, ou seja, 47,96%, demonstrando que o desenvolvimento do Norte brasileiro está concentrando em determinados polos, como Rondônia e Tocantins, principalmente. Os valores máximos e



mínimos também mostram essa melhora no desenvolvimento da região, uma vez que houve um aumento nesses dois indicadores.

**Tabela 1.** Quantitativo de municípios quanto ao estágio de desenvolvimento do IFDM por Estado e as estatísticas descritivas para Região Norte, 2007 – 2013.

	2007					2013				
	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total
AC	2	16	1	0	<b>19</b>	2	15	4	0	<b>21</b>
AM	31	27	1	0	<b>59</b>	7	51	3	0	<b>61</b>
AP	2	13	1	0	<b>16</b>	2	8	5	0	<b>15</b>
PA	65	67	7	0	<b>139</b>	11	111	18	0	<b>140</b>
RO	2	43	7	0	<b>52</b>	0	26	26	0	<b>52</b>
RR	3	8	1	0	<b>12</b>	0	13	2	0	<b>15</b>
TO	2	96	38	0	<b>136</b>	0	51	87	0	<b>138</b>
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>270</b>	<b>56</b>	<b>0</b>	<b>433</b>	<b>22</b>	<b>275</b>	<b>145</b>	<b>0</b>	<b>442</b>
<b>%</b>	<b>24,71</b>	<b>62,36</b>	<b>12,93</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>4,98</b>	<b>62,22</b>	<b>32,8</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

	Estatísticas descritivas						
	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Valor Máx.	Valor Mín.	Coefficiente de Variação
2007	<b>0,478</b>	0,475	0,010	<b>0,100</b>	<b>0,757</b>	<b>0,237</b>	<b>20,942</b>
2013	<b>0,549</b>	0,553	0,009	<b>0,095</b>	<b>0,797</b>	<b>0,276</b>	<b>17,227</b>

Fonte: resultados da pesquisa, 2016.

Nesse contexto, é possível estabelecer que os municípios analisados vêm passando por uma evolução positiva e significativa no seu desenvolvimento socioeconômico, no decorrer de 2007 a 2013, porém com uma tendência de concentração e intensificação em alguns estados como Tocantins e Rondônia, o que pode ser explicado pela predominância dos investimentos em função da expansão da fronteira agrícola, da transição demográfica e da injeção de capital produtivo, por exemplo.

No entanto, cabe ressaltar o papel das políticas públicas na região como indutoras do desenvolvimento socioeconômico, principalmente, considerando a região como um todo. O Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003 pelo Governo Federal, por exemplo, tem proporcionado aumentos significativos nas condições de vida das famílias de baixa renda. De 2004 a 2015 houve um aumento de mais de 218% de famílias atendidas pelo Programa na



Região. Isso representou um volume de transferência de renda de mais de 725%, ou seja, saindo de um montante de R\$ 37.758.137,00 em 2004 para R\$ 311.649.983,00 em 2015, nesse último ano o Norte brasileiro representou a fatia de 12,35% do Brasil (MDS, 2016).

Desse modo, além da ampliação de acesso a bens e serviços, a Política Nacional de Assistência Social tem proporcionado uma expressiva injeção de recursos financeiros na economia regional. Para além disso, o Programa Bolsa Família possui condicionalidades que implica a que as famílias ao cumpri-los obtenham ganhos sociais essenciais, como: a frequência, permanência e promoção escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e o calendário vacinal de crianças de zero a seis anos (MDS, 2016).

#### **4.1 Avaliando a dimensão emprego e renda**

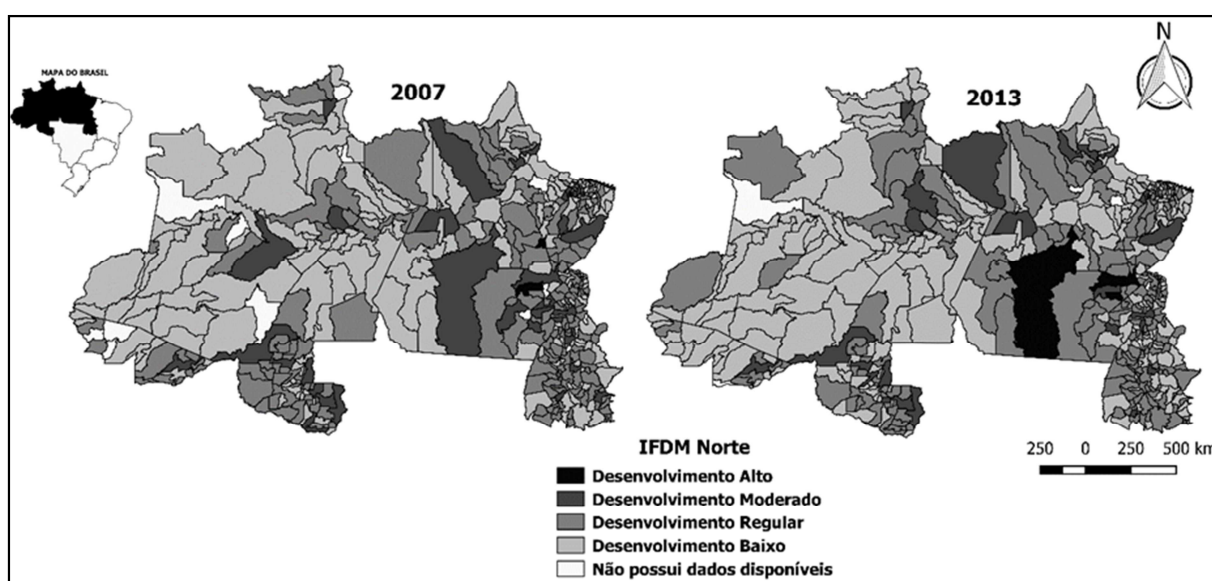
Caracterizando a distribuição espacial econômica dos municípios da Região Norte, tem-se a Figura 2 com a representação do IFDM relacionado a dimensão emprego e renda nos anos 2007 e 2013. A figura mostra que, no contexto geral, essa dimensão não apresentou evolução significativa no período observado, pois houve uma permanência generalizada da situação econômica dos municípios. Somente o Estado do Pará teve municípios com alto desenvolvimento de emprego e renda, sendo Parauapebas (PA) e Tucuruí (PA) em 2007, e Canaã dos Carajás (PA), Altamira (PA) e Marabá (PA) em 2013.

Enfatiza-se que as sete capitais dos estados estiveram classificadas com desenvolvimento moderado tanto em 2007 quanto em 2013. No entanto, as capitais Porto Velho (RO), em 2007, e Palmas (TO), em 2013, foram aquelas que tiveram a pior classificação no desenvolvimento do emprego e renda dentre as outras, ficando, respectivamente, em 24º e 23º no *ranking* geral. Essa situação torna-se interessante, pois essas capitais representam os estados que, no IFDM geral discutido na seção anterior, apresentaram os melhores resultados, inclusive, puxando a média da região para cima. Dessa forma, entende-se que, de algum modo, há uma possível evidência de um esgotamento do crescimento econômico desses municípios, merecendo estudos mais aprofundados.

Em 2007, Oiapoque (AP), São Sebastião do Uatumã (AM), Barcelos (AM), Atalaia do Norte (AM) e Melgaço (PA) foram os municípios que apresentaram os mais baixos



rendimentos quanto ao índice de emprego e renda. Já em 2013, esses resultados ficaram com Tonatins (AM), Bagre (PA), Portel (PA), Caroebe (RR) e Oiapoque (AP). Com isso, verifica-se que o município de Oiapoque (AP) permaneceu, de 2007 a 2013, entre os cinco piores quanto a dimensão emprego e renda, mostrando a necessidade de intervenção do poder público, uma vez que está em um aparente círculo vicioso econômico.



**Figura 2.** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal do Emprego e Renda para os municípios da Região Norte do Brasil 2007-2013

**Fonte:** elaboração própria a partir do índice FIRJAN, 2016.

A Tabela 2 traz o quantitativo dos municípios por estado referente ao nível de desenvolvimento do emprego e renda, bem como as estatísticas descritivas da Região. Com a classificação percentual dos estágios do desenvolvimento do emprego e renda chegou-se a conclusão de que houve pouca mudança de 2007 para 2013. As mudanças que ocorreram favoreceram à ampliação dos dois extremos dos estágios, ou seja, ocorreu um aumento dos municípios com baixo desenvolvimento, de 43,88% para 47,54%, e um pequeno aumento daqueles com alto desenvolvimento, de 0,47% para 0,67%. E, quanto ao estágio regular e moderado houve uma diminuição de 47,56% para 45,58% e 8,09% para 6,11%, respectivamente. Essa relação adversa do desenvolvimento da dimensão emprego e renda



consubstancia-se, portanto, com a Figura 2, representando pouca mudança o que acentuou os extremos da dimensão econômica.

Analisando as estatísticas descritivas, compreende-se exatamente essa adversidade, uma vez que o valor médio do IFDM emprego e renda caiu de 0,430 para 0,421, coadunando com o aumento dos municípios com baixo desenvolvimento de 2007 para 2013. Essa queda também foi seguida pelos valores máximos e mínimos. No entanto, esperava-se que o efeito fosse o inverso, dada a expectativa de que com o aumento do desenvolvimento socioeconômico as pessoas possam auferir maiores rendimentos e melhores condições de emprego.

**Tabela 2.** Quantitativo de municípios quanto ao estágio de desenvolvimento do IFDM Emprego e Renda por Estado e estatísticas descritivas para a Região Norte, 2007 – 2013.

	2007					2013				
	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total
AC	7	11	1	0	<b>19</b>	14	6	1	0	<b>21</b>
AM	44	13	2	0	<b>59</b>	46	13	2	0	<b>61</b>
AP	6	9	1	0	<b>16</b>	6	6	3	0	<b>15</b>
PA	62	60	15	2	<b>139</b>	66	62	9	3	<b>140</b>
RO	15	30	7	0	<b>52</b>	20	25	7	0	<b>52</b>
RR	8	3	1	0	<b>12</b>	9	5	1	0	<b>15</b>
TO	48	80	8	0	<b>136</b>	50	84	4	0	<b>138</b>
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>206</b>	<b>35</b>	<b>2</b>	<b>433</b>	<b>211</b>	<b>201</b>	<b>27</b>	<b>3</b>	<b>442</b>
<b>%</b>	<b>43,88</b>	<b>47,56</b>	<b>8,09</b>	<b>0,47</b>	<b>100</b>	<b>47,74</b>	<b>45,48</b>	<b>6,11</b>	<b>0,67</b>	<b>100</b>
<b>Estatísticas descritivas</b>										
	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Valor Máx.	Valor Mín.	Coeficiente de Variação			
2007	<b>0,430</b>	0,411	0,016	<b>0,128</b>	<b>0,895</b>	<b>0,134</b>	<b>29,866</b>			
2013	<b>0,421</b>	0,405	0,014	<b>0,116</b>	<b>0,857</b>	<b>0,103</b>	<b>27,639</b>			

Fonte: resultados da pesquisa, 2016.

Observado o coeficiente de variação, conclui-se que existe uma grande heterogeneidade na distribuição do IFDM renda e emprego entre os municípios do Norte do Brasil. Todavia, com a pequena queda de 29,866 para 27,639 infere-se que, apesar dessa alta heterogeneidade na distribuição econômica, ela vem apresentando uma diminuição, inclusive, comprovada pelo desvio padrão, explicando essa redução da desigualdade do emprego e renda ao longo da região, mas ainda com alto grau de concentração e disparidade regional.

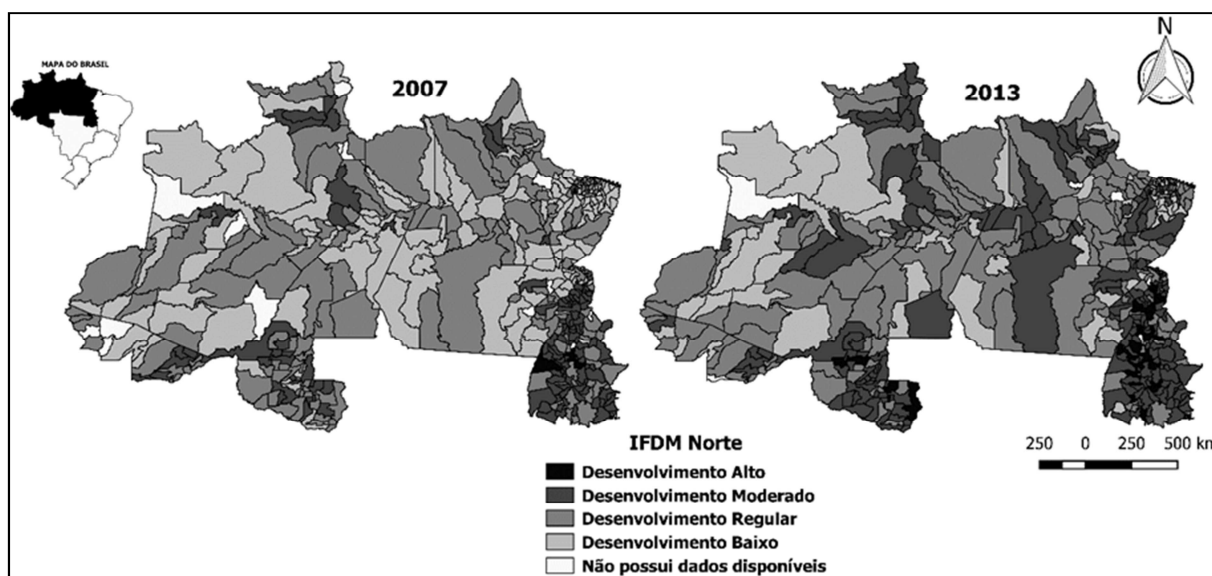




## 4.2 Avaliando a dimensão saúde

A saúde é um sinalizador de extrema relevância dentro de um contexto de desenvolvimento. Representa uma dimensão de cunho social que permite detectar o estado de bem-estar da população, pois proporciona às condições mínimas para as atividades laborais, por exemplo, favorecendo a que os membros das famílias possam auferir renda e melhorar sua qualidade de vida. Nesse contexto, a Figura 3 apresenta a distribuição do aspecto saúde no Norte brasileiro.

Observando a Figura 3, compreende-se uma elevação em termos do indicador saúde decorrente do aumento dos municípios com grau moderado e alto de desenvolvimento, acompanhados com uma maior dispersão dessa elevação ao longo da região. Entretanto, assim como a tendência da distribuição econômica, a saúde segue o mesmo padrão, considerando que os melhores indicadores estão concentrados no Sul e Leste da Região, com predominância dos estados de Rondônia e Tocantins. Em 2007, dos vinte municípios com melhores indicadores de saúde apenas duas não eram de Tocantins, já em 2013, desse total, apenas três não faziam parte do referido Estado, porém essas três localidades eram de Rondônia.





**Figura 3.** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal da Saúde para os municípios da Região Norte do Brasil 2007-2013

Fonte: elaboração própria a partir do índice FIRJAN, 2016.

Em 2007, os municípios de Pium (TO), Novo Alegre (TO), Palmas (TO), Miracema do Tocantins (TO) e Muricilândia (TO) foram aqueles que tiveram destaque no desenvolvimento quanto à saúde. Em 2013, esse resultado ficou com São Felipe D'Oeste (RO), Santa Fé do Araguaia (TO), Chapada de Areia (TO), Nova Olinda (TO) e Fátima (TO). Assim, nenhum dos municípios de 2007 permaneceu entre os cinco melhores da região, quando observado o resultado de 2013, isso demonstra que a transitoriedade no comportamento dos indicadores também perpassa o âmbito da saúde.

A Tabela 3 expõe a evolução do indicador saúde para os municípios da Região Norte. Comparando-se os anos da análise, é notória a evolução nesse indicador, uma vez que o aumento dos municípios em estágio moderado e alto de desenvolvimento saltou de 29,79% e 0,92% para 45,01% e 8,15%, respectivamente. Esses resultados são frutos de várias ações e programas ao longo das décadas de 1990 e 2000, como foi o caso do Saúde na Família, criado em 1993, com o objetivo de manutenção da saúde e prevenção de doenças; da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), criado em 1999; da Política Nacional de Urgência e Emergência atrelada às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), ambas criadas em 2003; da Política Nacional de Humanização, também criada em 2003; da Política Nacional de Atenção Oncológica, criada em 2005; dentre outras (MS, 2016).

**Tabela 3.** Quantitativo de municípios quanto ao estágio de desenvolvimento do IFDM Saúde por Estado e estatísticas descritivas para a Região Norte, 2007 – 2013.

	2007				Total	2013				Total
	Baixo	Regular	Moderado	Alto		Baixo	Regular	Moderado	Alto	
AC	3	10	6	0	<b>19</b>	3	12	6	0	<b>21</b>
AM	31	24	4	0	<b>59</b>	18	33	10	0	<b>61</b>
AP	3	11	2	0	<b>16</b>	1	5	9	0	<b>15</b>
PA	84	48	7	0	<b>139</b>	28	70	41	1	<b>140</b>
RO	5	29	18	0	<b>52</b>	0	14	33	5	<b>52</b>
RR	2	6	4	0	<b>12</b>	0	5	10	0	<b>15</b>
TO	5	39	88	8	<b>136</b>	1	17	90	30	<b>138</b>



Total	133	167	129	8	433	51	156	199	36	442
%	30,72	38,57	29,79	0,92	100	11,54	35,3	45,01	8,15	100
<b>Estatísticas descritivas</b>										
	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Valor Máx.	Valor Mín.	Coeficiente de Variação			
2007	<b>0,499</b>	0,498	0,025	<b>0,159</b>	<b>0,862</b>	<b>0,109</b>	<b>31,763</b>			
2013	<b>0,596</b>	0,612	0,023	<b>0,152</b>	<b>0,900</b>	<b>0,133</b>	<b>25,551</b>			

Fonte: resultados da pesquisa, 2016.

Essas políticas públicas na área da saúde têm, portanto, proporcionado melhorias nas condições de vida da população na Região Norte, ao longo dos anos. Verificou-se, por exemplo, que, de 2000 a 2012, houve uma taxa de crescimento de 50,33% nas consultas médicas por mil habitantes; um aumento das instalações sanitárias na proporção de 23,62% no período de 2000 a 2010; houve ainda um aumento de 76,47% de médicos para cada mil habitantes, entre 2001 e 2010 na região, sem contar um aumento na taxa de segurança alimentar de 53,4% para 63,9%, de 2004 a 2013 (MS, 2016).

Corroborando as tendências apresentadas, apurou-se que a média da Região se elevou de 0,499 para 0,596, ou seja, apresentando quase que uma classificação regional de desenvolvimento moderado, considerando os estágios de desenvolvimento do IFDM. Os valores máximos e mínimos também representam essa evolução. No entanto, apesar desse resultado satisfatório, ainda existe um alto grau de heterogeneidade na distribuição do indicador saúde no decorrer de toda a Região, como mostra o coeficiente de variação e desvio padrão da amostra, mesmo com uma tendência descendente desse parâmetro, como é observado de 2007 a 2013. Isso explica que existe um distanciamento elevado entre os melhores municípios e os piores, o que deve suscitar a preocupação com a desigualdade de acesso e de usufruto dos serviços de saúde na Região.

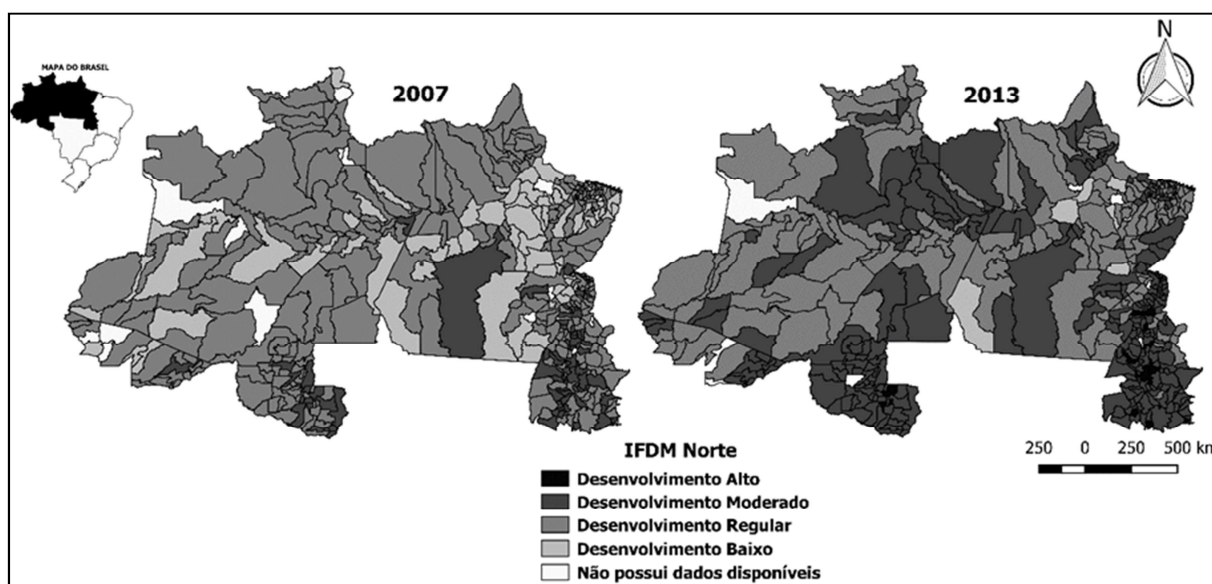
#### 4.3 Avaliando a dimensão educação

A educação é uma dimensão do desenvolvimento socioeconômico de relevância ímpar. Lobão e Silva (2015) explicam que a educação é impulsionadora do desenvolvimento e crescimento econômico, bem como é recurso fundamental para a afirmação da cidadania e



construção da democracia. Nesse âmbito, a Figura 4 explora a distribuição do desenvolvimento educacional no Norte brasileiro, na qual fica demonstrada uma evolução significativa da Região. Não diferente dos dados já observados para as dimensões emprego e renda e saúde, os estados de Rondônia e Tocantins concentraram os melhores desempenhos. Em 2007, dentre os cinquenta municípios com melhores resultados constatou-se que eles estavam englobados nos estados de Rondônia ou Tocantins. Em 2013 esse número cai para os trinta melhores.

Em 2007, Tupiratins (TO), Palmeirópolis (TO), Cristalândia (TO) e Brasilândia do Tocantins (TO) apresentaram-se com os maiores IFDM educação. Esse resultado, em 2013, ficou com Fortaleza do Tabocão (TO), Combinado (TO), Palmas (TO) e Colinas do Tocantins (TO), ou seja, todos os municípios do estado do Tocantins. Cabe ressaltar que o indicador educação foi aquele que apresentou maior poder de difusão dentro da região, quando comparado com as outras dimensões analisadas, porém, assim como os outros indicadores, permaneceu a tendência concentradora e intensificadora do desenvolvimento na porção Sul e Leste.



**Figura 4.** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal da Educação para os municípios da Região Norte do Brasil 2007-2013

**Fonte:** elaboração própria a partir do índice FIRJAN, 2016.



Analisando mais detidamente os estágios de desenvolvimento expressos pelo IFDM educação compreende-se melhor o processo de melhora observado na Figura 4, principalmente, devido à redução significativa dos municípios com baixo desenvolvimento, saindo de um total de 15,94% em 2007 para apenas 1,36% em 2013. Os estágios de desenvolvimento moderado e alto foram aqueles que mais cresceram nos anos analisados, saindo de 18,47 e 0,00% para 60,41% e 3,39%, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 4. No agregado, em 2013, dos 422 municípios analisados, 98,64% encontravam-se nos níveis regular, moderado e alto de desenvolvimento, um resultado importante para a região e o melhor entre as outras dimensões até então estudadas.

As estatísticas descritivas, ainda de acordo com a Tabela 4, comprovam esses resultados, uma vez que a média do IFDM educação foi aquela que apresentou maior elevação nos anos em questão, saindo de 0,505 para 0,629, ou seja, claramente colocando a Região Norte em um estágio de desenvolvimento educacional moderado. Outro ganho de destaque está nos valores máximos e mínimos, em que houve uma elevação de 13,82% e 38,03%, respectivamente.

**Tabela 4.** Quantitativo de municípios quanto ao estágio de desenvolvimento do IFDM Educação por Estado e estatísticas descritivas para Região Norte, 2007 – 2013.

	2007					2013				
	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total	Baixo	Regular	Moderado	Alto	Total
AC	3	15	1	0	<b>19</b>	0	8	13	0	<b>21</b>
AM	13	45	1	0	<b>59</b>	0	37	24	0	<b>61</b>
AP	1	15	0	0	<b>16</b>	0	7	8	0	<b>15</b>
PA	51	85	3	0	<b>139</b>	6	84	50	0	<b>140</b>
RO	0	37	15	0	<b>52</b>	0	1	48	3	<b>52</b>
RR	1	11	0	0	<b>12</b>	0	9	6	0	<b>15</b>
TO	0	76	60	0	<b>136</b>	0	8	118	12	<b>138</b>
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>284</b>	<b>80</b>	<b>0</b>	<b>433</b>	<b>6</b>	<b>154</b>	<b>267</b>	<b>15</b>	<b>442</b>
<b>%</b>	<b>15,94</b>	<b>65,59</b>	<b>18,47</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>1,36</b>	<b>34,84</b>	<b>60,41</b>	<b>3,39</b>	<b>100</b>
<b>Estatísticas descritivas</b>										
	Média	Mediana	Variância	Desvio Padrão	Valor Máx.	Valor Mín.	Coeficiente de Variação			
2007	<b>0,505</b>	0,506	0,011	<b>0,104</b>	<b>0,776</b>	<b>0,193</b>	<b>20,624</b>			
2013	<b>0,629</b>	0,631	0,010	<b>0,097</b>	<b>0,900</b>	<b>0,311</b>	<b>15,486</b>			

Fonte: resultados da pesquisa, 2016.



A dimensão da educação foi a que se mostrou com uma distribuição mais homogênea e mais difundida no decorrer da Região. O coeficiente de variação comprova essas informações, tanto pelo seu valor absoluto mais baixo, bem como por sua tendência de queda, saindo de 20,624 para 15,486. Portanto, verifica-se que no agregado do IFDM, a educação é o fator que mais tem contribuído para um melhor desempenho do Norte brasileiro, seguido pela dimensão saúde e, por fim, o emprego e renda. Isto é uma evidência de houve ganhos mais sociais do que econômicos para a Região.

Argumenta-se, aqui, sobre o papel do poder público para essa melhora do desempenho educacional do Norte brasileiro. As intervenções do governo federal foram efetivadas mediante a criação de conjunto articulado de instrumentos, dentro os quais destaca-se, a partir de 1998, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 2007 transformado no FUNDEB. Com esse fundo o governo passou a tratar da Educação Básica, e não só do ensino fundamental, o que proporcionou um repasse e aplicação mais sistemáticos e eficientes dos recursos destinados à educação aos Estados (FNDE, 2016).

Outras ações e programas, a partir da década de 2000, também se mostram determinantes para que houvesse esse desempenho da educação no contexto do desenvolvimento do Norte do Brasil, como é o caso da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2007, e da instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir de 2008, que concretizou a expansão e a interiorização, por toda a região, dos Institutos Federais de Educação (IFEs). Cabe destacar o fortalecimento do ensino superior com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), em 2007; bem como do PROUNI (2004), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado no governo do Fernando Henrique e ampliado no governo Lula; dentre outros (MEC, 2016).

Com isso, verificou-se uma redução de mais de 30% na taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 2004 a 2014 na Região Norte, inclusive, em 2014 com uma média regional abaixo da média nacional. Outro destaque observado está no aumento de 29% nos anos de estudos das pessoas com 25 ou mais de idade, saindo de um valor médio de 5,87



em 2004 para 7,61 em 2014. Corroborando com esses resultados tem-se também um aumento da frequência escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, chegando a uma taxa de 98,38% no ano de 2014 (IPEA, 2016).

#### 4.4 Analisando a evolução no desenvolvimento socioeconômico

A Tabela 5 traz os dez municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento do IFDM de 2007 a 2013. Ressalta-se que da totalidade, oito municípios são do Estado do Pará, e apesar de esse Estado não ter se destacado, quando das análises das dimensões do IFDM, ele tem mostrado crescente evolução no seu desenvolvimento socioeconômico.

Fato comprovador dessa situação está em que os municípios de Cachoeira do Piriá (PA), Brejo Grande do Araguaia (PA), Igarapé-Açu (PA), São João do Araguaia (PA), Melgaço (PA), Piçarra (PA), Acará (PA) saíram do estágio de baixo desenvolvimento para regular ou moderado no decorrer de 2007 a 2013. A exceção ficou com Jacareacanga (PA), que, apesar de apresentar uma variação de 52,35%, ainda permaneceu no estágio de baixo desenvolvimento socioeconômico.

**Tabela 5.** Municípios da Região Norte do Brasil com os melhores desempenhos em termos de evolução do IFDM - 2007 e 2013.

UF	Município	Taxa de Crescimento (%)
PA	Cachoeira do Piriá	84,63
PA	Brejo Grande do Araguaia	68,18
PA	Igarapé-Açu	67,42
PA	São João do Araguaia	60,90
PA	Melgaço	59,66
AM	Manaquiri	58,92
PA	Piçarra	56,67
PA	Acará	54,20
PA	Jacareacanga	52,36
TO	Sítio Novo do Tocantins	51,92

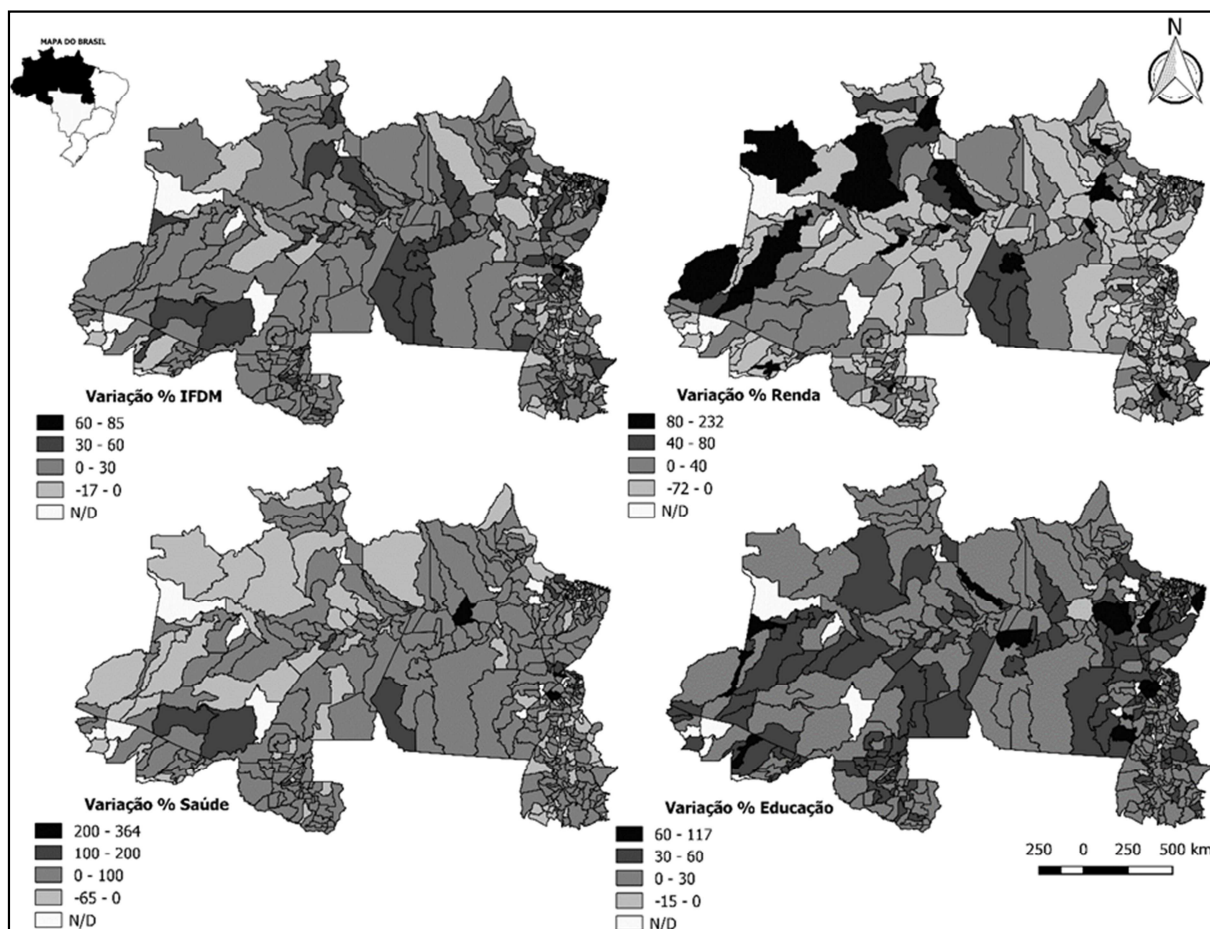
**Fonte:** resultados da pesquisa a partir do IFDM, 2016.

Com a Figura 5 verifica-se a síntese da variação percentual do IFDM das dimensões emprego e renda, saúde e educação de 2007 a 2013. Na dimensão emprego e renda destaca-se que os municípios de Cantá (RR) e de Atalaia do Norte (AM) apresentaram as maiores



variações do indicador, sendo 231,77% e 217, 18%, respectivamente, porém ambos se encontravam, segundo dados de 2013, em um estágio regular de desenvolvimento. Um fato preocupante é que dos 427 municípios estudados, 222 apresentaram variação negativa da taxa de crescimento no emprego e renda.

Quanto à dimensão saúde percebeu-se que Brejo Grande do Araguaia (PA) e Piçarra (PA) foram os que mais mostraram elevação, entre todos os outros municípios, com variação de 363, 81% e 326, 97%. Inclusive, essas duas municipalidades se encontravam, no ano de 2007, nas duas últimas posições no *ranking* geral e em 2013 saltaram para a 311ª e 227ª, o que é altamente significativo. As piores localidades foram Barcelos (AM), com -65,30%, e Sandolândia (TO), com -46,96%. Cabe destacar que 80 (oitenta) apresentaram variação negativa de 2007 a 2013.



**Figura 5.** Variação percentual do IFDM e suas desagregações para os anos de 2007 e 2013

Fonte: elaboração própria (FIRJAN, 2016).





Em relação ao IFDM educação os resultados são mais satisfatórios, pois apenas cinco municípios apresentaram evolução negativa, sendo Porto de Moz (PA), Tupiratins (TO), Curuá (PA), Muricilândia (TO) e Cristalândia (TO). Cabe destacar que Nova Esperança do Piriá (PA) e Cachoeira do Piriá (PA), com variações de 117,09% e 111,02%, foram os que mais se destacaram no contexto regional, o que representou uma transição de ambos de uma classificação de baixo para regular desenvolvimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi caracterizar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Norte do Brasil a partir do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM), entre os anos de 2007 e 2013. Considerando que o índice FIRJAN se desagrega em três dimensões, quais sejam, emprego e renda, saúde e educação, optou-se pelo desenvolvimento de mapas temáticos destacando os principais aspectos de cada dimensão.

Percebeu-se que na Região Norte, o padrão de desenvolvimento, a partir do IFDM, tem apresentado níveis de ascensão em termos de ganhos, no contexto regional. Do ano de 2007 para 2013 houve um aumento significativo dos municípios classificados na faixa de desenvolvimento moderado e regular, acompanhada de uma queda daqueles em estágio de baixo desenvolvimento. Por outro lado, cabe ressaltar que esses ganhos têm apresentado uma tendência concentradora e intensificadora, comprovados a partir de padrões espaciais de distribuição, principalmente, na porção ao Sul e a Leste da Região Norte, com destaque para os estados de Rondônia e Tocantins.

Com a análise das dimensões que compõem o Índice FIRJAN ficou constatado que a Região Norte apresentou ganhos de desenvolvimento mais em termos sociais do que em termos econômicos, uma vez que a dimensão educação se destacou, seguida pela dimensão saúde e, por fim, o emprego e renda, inclusive, este último parâmetro foi o único que apresentou uma diminuição na média ao longo do período analisado. Destaca-se ainda que a educação, além de ter apresentado os resultados mais favoráveis, foi a que se mostrou com



uma distribuição mais homogênea no decorrer da região, portanto, com uma menor disparidade entre as melhores e piores municipalidades.

Quando verificado a evolução de 2007 a 2013, por meio da taxa de crescimento, percebeu-se que mais de 222 dos 427 municípios analisados tiveram variação negativa quanto ao emprego e renda, um dado muito preocupante, haja vista os aspectos econômicos serem indispensáveis para a promoção e a permanência de um desenvolvimento socioeconômico sustentado. Já para a saúde, esse resultado totalizou 80 municípios e apenas cinco para a área de educação, reforçando a tese dos ganhos de desenvolvimento em termos sociais.

Nesse sentido, acredita-se que os incrementos no desenvolvimento socioeconômico da Região Norte do Brasil, por apresentar uma feição mais de cunho social, tenham se dado a partir dos investimentos diretos realizados pelas políticas públicas, quando comparado com aqueles promovidos pelo setor econômico regional. Assim, enfatiza-se a relevância que essas políticas têm tomado na promoção do desenvolvimento do Norte brasileiro. Entende-se, ainda, que essa feição do desenvolvimento regional, no longo prazo, permitirá ganhos em termos econômicos mais sustentados, pois proporcionam uma base sólida para a economia, na medida em que possibilita uma população mais qualificada para o mercado de trabalho e com melhores condições de saúde e de vida.

Reitera-se que este estudo tratou-se de uma análise exploratória, fazendo-se necessário uma abordagem mais detalhada dos aspectos estudados que possam melhor elucidar as evidências aqui abordadas. Por fim, é factível a importância, no contexto nacional, que a região Norte do Brasil vem assumindo no decorrer das últimas décadas, pois comporta a maior parte da Amazônia Legal brasileira, assim como está sendo incorporada na fronteira agrícola de produção, representando claramente um *trade off* na política de desenvolvimento socioeconômico nacional.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C.; BRESSAN, V. G. F. Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 3, art. 4, p. 274-290, jul./set. 2013.



BRASIL. Ministério da Educação. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb**. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acessado em: 28/06/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Serviços do MEC**. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <<<http://www.servicos.gov.br/busca?q=MEC>>>. Acessado em: 28/06/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Departamento de Informações do Sistema Único de Saúde (DATASUS)**. Brasília, DF – 2016. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201>>. Acessado em: 28/06/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Dados**. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/dados>>. Acessado em: 28/06/2016.

DUBIEL, S. A.; RAIHER, A. P. Desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: evolução e determinantes. **Informe GEPEC**. V. 17, n. 2, p. 6 – 22, jul-dez/2013, Toledo – PR. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/7707/7264](http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/7707/7264)>. Acessado em: 05/06/2016.

FERRERA DE LIMA, J.; HERSEN, A.; KLEIN, C. F. Desenvolvimento humano municipal no Oeste do Paraná: o que mostram os indicadores? **Revista Brasileira de Gestão do Desenvolvimento Regional**. V. 12, n. 1, p. 157 – 173, jan-abr/2016, Taubaté – SP. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2125/498>>. Acessado em: 05/06/2016.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM 2015 - BR - Região Norte: Região Norte tem a cidade com pior nível de desenvolvimento socioeconômico do país, 2016a**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/destaques/estados/ifdm-2015-regiao-norte-regiao-norte-tem-a-cidade-com-pior-nivel-de-desenvolvimento-socioeconomico-do-pais.htm>> Acessado em: 14/09/2016.

FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM**. Rio de Janeiro – RJ, 2016b. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acessado em: 08/06/2016.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set./Nov, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/8862>>. Acesso em: 06/06/2016.



FONSECA, M. A. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo. Editora Thomson, 2006.

FURTADO, C.. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, C.. **Teoria e Política do desenvolvimento Econômico**. Série Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Disponível em: <[http://issuu-downloader.abuoday.com/view.php?url=andretangram/docs/teoria\\_e\\_politica\\_do\\_desenvolvimento](http://issuu-downloader.abuoday.com/view.php?url=andretangram/docs/teoria_e_politica_do_desenvolvimento)>. Acesso em: 09/09/2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ILHA, P. C. da S.; FERRERA DE LIMA, J.; CARDOSO, B. F.; RAHMEIER, D. O. Crescimento e o Desenvolvimento dos Municípios da Microrregião de Marechal Cândido Rondon no Paraná. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**. v. 12 n.2 – Abril/Junho 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **IPEADATA**. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessado em: 15/06/2016.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 67, jul./dez. 2015.

LOBÃO, M. S. P.; SILVA, R. G. da. Desenvolvimento educacional municipal do Estado do Acre: uma avaliação dos anos de 2000 e 2010. **Revista Brasileira de Gestão do Desenvolvimento Regional**. V. 11, n. 2, p. 116 – 137, mai-ago/2015, Taubaté – SP. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1772/449>>. Acessado em: 26/06/2016.

MASSARDI, W. de O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de minas gerais. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 3, p. 295-313, jul./set. 2015.

MYRDAL, G. Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations. **The Swedish Journal of Economics**. vol. 70, No. 4 (Dec., 1968), pp. 242-245.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In: BOSCHETTI, I. et al. (org.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.* São Paulo: Cortez, 2008.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L. L da; SILVEIRA, S. de F. R.; COSTA, T. M. T. da; FARONI, W.; FERREIRA, M. A. M. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 13, n. 1, p. 199-219, jan./jun. 2013

SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S. do; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. de O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios Brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.